

# Congresso em fim de festa aprova gastos

**José Ramos Filho**

BRASÍLIA — O Congresso Nacional está compensando, por antecipação, alguns setores do governo que terão seus gastos comprimidos no orçamento do próximo ano. Após efetuar cortes de NCz\$ 350 milhões no orçamento das Forças Armadas para 1990, o Congresso está aprovando diversos projetos de suplementação orçamentária para este ano, embora não haja tempo para que esses recursos sejam gastos até 31 de dezembro. Esse artifício faz com que, na prática, as novas dotações fiquem garantidas para o próximo ano. O mecanismo utilizado para a manobra dá resultados

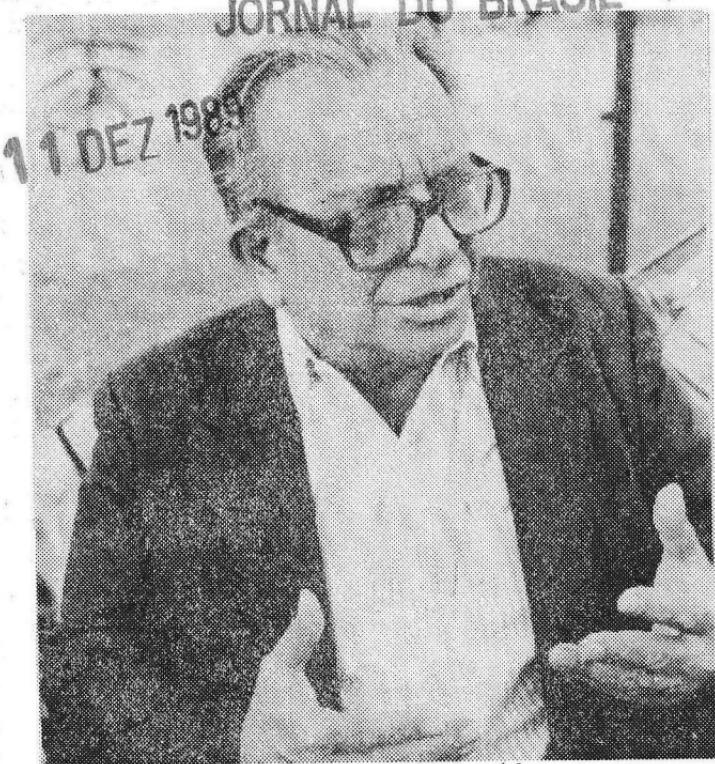
graças à desestruturação da Comissão Mista de Orçamento do Congresso e faz parte do processo de loteamento de recursos que está ocorrendo entre o Congresso e o Executivo neste final de governo.

Um dos exemplos dessa compensação é o Projeto de Lei nº 78, aprovado pelos parlamentares na última quinta-feira, concedendo NCz\$ 1,3 bilhão para as três forças, com recursos que serão obtidos através de emissão de títulos públicos. O Ministério do Exército, por exemplo, recebeu uma suplementação de NCz\$ 90 milhões para o seu reaparelhamento.

Se os parlamentares tivessem a preocupação de utilizar seus computadores para consultar os dados da área econômica, no entanto, veriam que esse programa tinha uma sobra de recursos, em 1º de dezembro último, de aproximadamente NCz\$ 60 milhões, pois dos NCz\$ 159 milhões autorizados no orçamento deste ano, somente foram comprometidos pelo Exército cerca de NCz\$ 95 milhões. Se esses dados fossem conhecidos, certamente a aprovação do projeto enfrentaria mais resistência junto aos parlamentares, que preferem dar prioridade aos gastos na área social.

O mesmo se passou com o programa de reaparelhamento da Marinha, que recebeu mais NCz\$ 112,5 milhões, embora de janeiro a dezembro não tenha conseguido gastar mais que NCz\$ 50 milhões dos NCz\$ 196 milhões previstos no orçamento deste ano para essa finalidade. O fato se repetiu na Aeronáutica, contemplada com uma verba extra de NCz\$ 56 milhões para manutenção, suprimento e equipamentos de aeronaves. Se tivessem um pouco mais de empenho e organização, os parlamentares veriam que esse programa ainda contava com uma sobra de NCz\$ 105 milhões neste ano, pois do total de NCz\$ 187 milhões previsto no orçamento só NCz\$ 80 milhões foram empenhados até 1º de dezembro. Portanto, seria difícil que os militares conseguissem gastar em menos de um mês mais que o dobro do que consumiram em onze meses.

JORNAL DO BRASIL



*Cid Carvalho: promessa não cumprida*

**Cofres abertos** — A falta de estrutura e de vontade política do Congresso para conter despesas aliada à disposição de gastar que o Executivo demonstrou nas últimas semanas derrubaram, definitivamente, o princípio de que o governo Sarney somente gastaria o que arrecadasse. Essa regra, instituída com o Plano Verão, teve vida curta e já havia sido abandonada no meio do ano. Neste momento, por exemplo, tramitam na Comissão Mista de Orçamento mais 36 projetos de suplementação para diversos órgãos, totalizando NCz\$ 118 bilhões, dos quais NCz\$ 101 bilhões serão obtidos com a emissão de títulos públicos, que aumentarão ainda mais o endividamento do próximo presidente.

Essa liberalidade com os recursos públicos tem preocupado os assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, como o economista do PT, Guido Mantega, que considera tais projetos um golpe branco contra o orçamento do próximo ano. A mesma queixa já havia sido levada também pelo deputado Renan Calheiros (PRN-AL) ao presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que prometeu aos dois partidos não colocar em votação novos projetos prevendo gastos com emissão de títulos, a menos que fossem prioritários. A promessa, no entanto, não resistiu a uma simples manobra do Executivo, que incluiu no Projeto de Lei nº 107 verbas destinadas ao Legislativo, obtendo assim uma das tramitações mais rápidas já vistas no Congresso.

A aprovação indiscriminada de novos gastos tem um outro agravante: muitos não se destinam a programas prioritários. O deputado José Serra (PSDB-SP) criticou várias vezes a aprovação de verbas destinadas ao início de obras, já que o governo não dispunha de recursos sequer para o pagamento dos funcionários públicos. O deputado Cid Carvalho, em defesa da comissão, afirma que com tanto trabalho não dá para analisar em detalhes as mensagens do Executivo.